

A FILOSOFIA DO CAMPO, A VALORIZAÇÃO DOS SABERES POPULARES E O INCENTIVO EDUCACIONAL A PARTIR DOS PROBLEMAS DO SEU LUGAR

THE PHILOSOPHY OF THE COUNTRYSIDE, THE VALORIZATION OF POPULAR KNOWLEDGE, AND EDUCATIONAL INCENTIVES BASED ON THE PROBLEMS OF ITS PLACE

Iara Beatriz Figueiroa Italiano Costa¹
Valmir Pereira²

Resumo:

Este artigo analisa a situação dos saberes populares no meio educacional e como são tratados. Assim, o objetivo desse estudo é apresentar a ideia de uma filosofia do campo, como expressão da valorização dos saberes a partir do seu lugar, em contraposição às epistemologias hegemônicas. Para tanto, abordaremos inicialmente o currículo atual, como expressão da vida urbana e eurocêntrica e suas repercussões na vida dos estudantes da Escola Rural, em detrimento dos saberes locais. Posteriormente, discutiremos a importância da difusão das epistemologias silenciadas e marginalizadas no processo histórico, dando a eles o lugar de produtores de cultura, de filosofia e de sua própria história. Por último, abordaremos as resistências e disputas teóricas, analisando as maneiras pelas quais o estudo a partir dos problemas do seu lugar contribui para a efetivação da valorização dos saberes locais e da diversidade filosófica. Como resultado, esta pesquisa aponta que apesar da predominância do eurocentrismo no currículo, existem outras epistemologias, focadas nos saberes locais, sem excluir os demais. Nesse sentido, concluímos que é necessário transformar e descolonizar os currículos para que as Escolas possam se transformar em espaços de difusão da cultura e dos saberes locais, diversificando a formação, de acordo com cada comunidade.

Palavras-chave: Saberes Locais, Filosofia do Campo, Educação Popular, Descolonização Curricular, Saberes Ancestrais.

Abstract:

This article analyzes the situation of popular knowledge within the educational context and how it is treated. Thus, the objective is to present the idea of a philosophy of the countryside as an expression of valuing knowledge based on its place, in contrast to hegemonic epistemologies. To this end, we will initially address the current curriculum as an expression of urban and Eurocentric life and its repercussions on the lives of students in rural schools, to the detriment of local knowledge. Subsequently, the importance of disseminating epistemologies that have been silenced and marginalized throughout the historical process, granting them the status of producers of culture, philosophy, and their own history. Finally, we will examine theoretical resistances and disputes, analyzing the ways in which studying from the problems of one's own place contributes to the effective appreciation of local knowledge and philosophical diversity. As a result, this research indicates that, despite the predominance of Eurocentrism in the curriculum, there are other epistemologies focused on local knowledge, without excluding others. In this sense, we conclude it is necessary to transform and decolonize curricula that schools can become spaces for the dissemination of culture and local knowledge, diversifying education according to each community.

Keywords: Local Knowledge, Philosophy of the Countryside, Popular Education, Curriculum Decolonization, Ancestral Knowledge

¹ Mestranda (PROF-FILO) pela Universidade Federal de Campina Grande. Email: Iaraitaliano21@gmail.com, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8222687923159433>

² Doutorado (2011) em Educação Escolar (UNESP/Araraquara-SP). Atualmente é Prof. Associado C, T- 40 DE da Universidade Estadual da Paraíba, no Departamento de Filosofia, dos Mestrados Profissionais em Filosofia (PROF-FILO/UFCG) e Formação de Professores (PPGFP/UEPB). Email: valmir@servidor.uepb.edu.br, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0112962944181662>

Introdução

A filosofia, consensualmente definida como uma atividade de exercício racional, historicamente mascarou, por diversas vezes, a diversidade da sua produção. Em contrapartida, é necessário lembrar que cada pensamento emerge de um lugar, de um tempo e de uma cultura específica. A partir dessa consciência, ignorar tais possibilidades de pensamento significa normalizar pontos de vista particulares como se fossem universais e, assim, apagar e silenciar diversas outras filosofias, que não se encaixam nas réguas hegemônicas. É nesse âmbito que se insere a proposta de pesquisar a filosofia a partir dos problemas do seu lugar.

É importante destacar, também, o que aqui define o “lugar”, isto é, não se reduz à demarcação geográfica, mas a um conjunto de vivências sociais, culturais, históricas e políticas que, juntas, constroem um povo. Dessa forma, pensar a partir do lugar significa que os problemas, assuntos e/ou temas a serem discutidos (em sala de aula ou em outros espaços sociais) devem possuir relação com as condições reais de sua existência, e não de maneira abstrata.

Esta perspectiva modifica e descentraliza o eixo da filosofia, quase sempre com matrizes europeias, consideradas por muitos como universais, para uma abordagem singular, capaz de ouvir, compreender, pesquisar e acolher a pluralidade de pensamentos e vozes que constroem o cenário e a realidade do seu lugar.

Nesse sentido, o presente artigo defende que a filosofia deve iniciar as suas discussões a partir dos conflitos e necessidades vividas pelas comunidades que a recebem. Na verdade, visa-se demonstrar que as escolhas das temáticas, autoras e autores, não é e não deve ser neutra, pois toda escolha é, também, uma forma de se posicionar. Assim, apresentar e defender as filosofias das comunidades não representa uma rejeição às tradições, mas uma maneira de conhecê-las e analisá-las a partir das realidades que, historicamente, residiram à margem do reconhecimento.

Assumindo essa abordagem, a pesquisa reflete sobre as problemáticas de se assumir uma filosofia particular como única. Nesse sentido, o foco é demonstrar que o distanciamento pedagógico entre a reflexão filosófica e as experiências de um povo contribui para o apagamento das culturas e o esvaziamento da essência da filosofia. Por outro lado, quando assume o compromisso de apoiar-se nos problemas reais do seu contexto, consegue recuperar e fazer justiça à sua potencialidade crítica e humanizadora.

Para o desenvolvimento desse estudo, o artigo examina os desafios enfrentados pelas produções filosóficas realizadas fora do perfil eurocêntrico, focado especialmente no espaço latino-americano, brasileiro e camponês. Discute-se, posteriormente, a importância da divulgação e conhecimento das produções e saberes que sofreram marginalização ao longo da história, dando a eles o lugar de produtores de cultura, história e filosofia. Por fim, analisa-se as maneiras pelas quais o estudo a partir dos problemas do seu lugar contribui para a efetivação da valorização da diversidade filosófica e para a superação da desumanização que, para além da filosofia, afeta as vidas dos povos não-europeus e não “centralizados”.

Assim, demonstra-se que pensar a filosofia a partir das perspectivas outras, ultrapassa a marca de possibilidade e passa a ser uma obrigação ética, pedagógica e política. Nessa perspectiva, é uma restituição de direito e de voz aos sujeitos que, ao longo da história, enfrentaram o silenciamento acadêmico e social, além de levar

a filosofia de volta ao seu degrau mais importante, o de agente crítico e transformador por meio de uma prática viva e transformadora.

O estudo da filosofia a partir dos problemas do seu lugar

Falar da existência e da importância de filosofias latino-americanas e, em uma escala mais específica, brasileiras, carrega o peso duplo de ter, por um lado, o julgamento externo firmado no eurocentrismo, que há muito tempo tenta exterminar quaisquer pensamentos que fujam ao seu padrão. Por outro lado, temos a coragem e a consciência da necessidade de valorizar e lutar pela validação das filosofias que nascem do seu povo, em diferentes territórios.

Se argumentar sobre filosofias em nível continental e nacional, já se apresenta como uma tarefa difícil, quando se fala de um grupo, dentro de um território geográfico específico, com culturas e tradições que vão em desencontro (pelo menos à primeira vista) ao olhar tecnicista e capitalista emergente no nosso século, torna-se um desafio muito maior.

Fala-se, aqui, sobre os conhecimentos do povo camponês e as possíveis relações com a filosofia, bem como a urgência de validar a cultura em que vivem mergulhados, para que a educação possa fazer sentido, e seja encarada sob uma ótica de pertencimento.

Walter Benjamin (1892-1940), filósofo e escritor judeu alemão, define em *Teses Sobre o Conceito de História*, entre outras ideias, a de que a história precisa ser contada a partir da ótica dos vencidos e não dos que venceram. Isto é, ao falar sobre uma filosofia do campo, por exemplo, é necessário esforçar-se para o exercício de entender o mundo pelos olhos do povo camponês. Nesse preciso sentido, para Benjamin, é necessário pensar partindo do tempo atual, com os seus problemas atuais, para que, assim, se possa validar a história dos que vieram antes. A esse respeito diz ele que “a história é o objeto de uma construção, cujo lugar não é formado pelo tempo homogêneo e vazio, mas por aquele saturado pelo tempo-de-agora” (Benjamin, 1994, p. 229, tese 14).

É indispensável, portanto, enxergar a realidade com pura empatia (no sentido mais sincero da palavra) pelos povos que são o objeto de estudo desta pesquisa. Por isso, é necessário, dessa forma, que se entenda a importância de se pensar uma filosofia que comporte a diversidade do seu espaço-tempo.

Adalberto Pessoa, filósofo e escritor brasileiro, defendendo a necessidade da filosofia brasileira original, que contribua para a latino-americana, demonstra as limitações dos pensamentos filosóficos europeus como a única base teórica para os territórios não-europeus:

Isso põe em crise todo o sistema ontológico eurocêntrico como incapaz de dar conta da presença de mais que um ser dentro de sua totalidade. O outro, nessa filosofia ontológica é apenas um ente deduzível pelo ser, mas que não tem seu “rosto ôntico”, sua voz, sua palavra considerada (Pessoa, 2010, p. 6).

Assim, na perspectiva do autor em questão, não faz sentido basear-se filosoficamente apenas em pensadores que não se enquadram na realidade do povo que pesquisa. Também não se trata de abandonar a tradição e renegar os pensadores europeus, mas, estudá-los a partir do seu contexto. A filosofia não precisa excluir, mas deve abrir leques que possibilitem o sentimento de *pertença*, pois como defende Paulo Freire (1921-1997), em *Educação como prática da*

liberdade, “o ser humano traz uma vocação natural de integrar-se ao seu contexto” (Freire, 1967, p. 39). Assim, fugir desse princípio é reforçar o apagamento das vivências de todos os povos que se distanciarem da régua eurocêntrica.

Além disso, uma educação que não se baseia no contexto do seu público, desencoraja as manifestações dos saberes e talentos populares, isto é, aquilo que não é pesquisado, lido, pensado ou falado, tende a tornar-se cada vez mais anônimo e, pior, nivelado. E é nesse preciso sentido que as especificidades sociais, geográficas e culturais são os princípios que dão ao povo a sua individualidade e especialidade, valorizando o que é diferente, singular e particular. A esse respeito, Paulo Freire defende que o sujeito que vive em tal anonimato, vai perdendo a condição humanizante, não por escolha, mas por desvalorização e exploração. Para ele, “o anonimato nivelador da massificação, sem esperança e sem fé, domesticado e acomodado: já não é sujeito. Rebaixa-se a puro objeto. Coisifica-se” (Freire, 1967, p. 43).

Dessa forma, a filosofia precisa, enquanto ação política, lutar pela vitória (em uma linguagem Benjaminiana) dos que estão nivelados, entendendo tal condição como o resultado de decisões dos vencedores. Esse deve ser um dos princípios norteadores da filosofia, baseando-se ainda no que diz Freire sobre tal sistema. Ele afirma que “a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, *destino dado*, mas resultado de uma ‘ordem’ injusta que gera a violência dos opressores” (FREIRE, 1987, p. 30). Cabe a filosofia, antes de tudo, ir contra essa violência e assegurar a *humanização* de todos os povos.

Estudar a partir dos problemas do seu lugar é uma premissa que garante, assim, uma contribuição importante em dois pontos: a conscientização e o acendimento do seu próprio povo, e o interesse pela educação, uma vez assegurado que os momentos de aula farão sentido e terão conexão com a sua realidade.

Uma educação e, mais especificamente, uma filosofia que foge dessa responsabilidade, corre o risco de reforçar o apagamento de culturas e fomentar o desinteresse dos estudantes pelos estudos filosóficos que, por essência, possuem o potencial auxílio e incentivo aos pensamentos críticos referentes aos temas, problemas e observações do cotidiano.

Assim, fica evidente que não se pode fazer educação sem considerar o modo de vida e de pensar dos que ali estudam, daí a consolidação do pensamento já citado de Benjamin: os problemas do seu povo, no seu tempo, precisam reger as aulas de filosofia e a educação como um todo. Por isso, quem estuda se sente parte do processo, e quem ensina contribui para o acendimento de um povo.

A valorização dos saberes camponeses

A valorização da cultura dos moradores do campo precede qualquer conceito academicista, uma vez entendido a relação indissociável entre os saberes populares (aqui, entenda-os não como um movimento anticientificista, mas como outras perspectivas e possibilidades de pensamento) e as suas ações. A valorização precisa ser compreendida de uma forma profunda, sendo um processo de escuta, respeito e validação de tais contribuições.

Antônio Bispo dos Santos, conhecido popularmente como Nêgo Bispo (1959-2023), importante líder e ativista quilombola, professor e poeta brasileiro, ao se referir à valorização do modo de falar próprio dos povos nativos, explica que tal processo ultrapassa a cultura e atinge o patamar de revolução contra o

colonialismo que insiste em apagar o conhecimento do povo nativo e inserir o seu. Ele cita, para isso, o exemplo das gírias utilizadas especialmente nas favelas:

Por que o povo da favela fala gíria? Preenchem a língua portuguesa com palavras potentes que o próprio colonizador não entende. Enchem a língua como quem enche uma linguíça. E, assim, falam português na frente do inimigo sem que ele entenda. A favela adestrou a língua, a enfeitiçou. Temos que enfeitiçar a língua (Santos, 2023 p. 4)

Para ele, é importante que levantemos a bandeira dos costumes, vivências e cultura do povo nativo para que, só assim, as vozes ouvidas não sejam apenas as dos que colonizam, mas daqueles que, antes, existiam naquele espaço e carregam a ancestralidade que protege suas memórias e modo de vida.

O perigo do apagamento, dessa forma, está não só na falta de informação sobre um grupo populacional, mas, conseqüentemente, no descaso com as vidas de pessoas que carregam uma história sempre longa de resistência. Desvalidá-las, portanto, acaba sendo um movimento de apoio às ações colonizadoras, como cita Nêgo Bispo, “Vamos pegar as palavras do inimigo que estão potentes e vamos enfraquecê-las” (Santos, 2023, p. 3). Não basta não ofender ou machucar, é preciso pesquisar, entender e dar a voz e o lugar de reconhecimento que merecem.

Dessa forma, quando o modo de vida de uma população não é valorizado, o descaso compromete a qualidade da educação. Isto é, por que lecionar uma aula de filosofia para estudantes rurais em que sejam abordados apenas temas e pensadores urbanos, ainda que brasileiros, mas que em nada referencie autores ou temas camponeses? Qual o grau de interesse dos estudantes quando o que se estuda não parece ser real ou fazer sentido para eles? São questionamentos que abrem espaço para a reflexão sobre a necessidade do pertencimento no ambiente escolar.

A problemática do exemplo da educação urbana no ambiente rural não é a desimportância daquilo que é urbanizado, mas é o reforço da ideia de que o camponês não está no padrão. Ainda citando Nêgo Bispo, na sua obra *A Terra dá, a Terra quer*, ele consegue demonstrar a visão do seu povo frente à vida fora do campo. Ele diz que:

O que é a cidade? É o contrário de mata. O contrário de natureza. A cidade é um território artificializado, humanizado. A cidade é um território arquitetado exclusivamente para os humanos. Os humanos excluam todas as possibilidades de outras vidas na cidade. Qualquer outra vida que tenta existir na cidade é destruída. Se existe, é graças à força do orgânico, não porque os humanos queiram (Santos, 2023, p. 8)

E, ainda:

Quando uma galinha estercava na casa de chão batido, a parte úmida do esterco, das fezes da galinha, era absorvida pela terra. Tirávamos a parte sólida e jogávamos no quintal para servir de adubo. Para o povo da cidade, isso é um horror. Pisar as fezes da galinha? Impossível! Tem que ter uma cerâmica bem lisinha para poder enxergar qualquer outra vida, qualquer outro vivente que estiver ali, para poder desinfetar e matar qualquer microrganismo. Matar até o que não se vê. Para andar descalço, é preciso desinfetar o chão: a cerâmica foi criada porque os humanos não podem pisar a terra. Os calçados foram criados porque os humanos não podem pisar a terra. Porque a terra é o anseio original (Santos, 2023, p. 8).

Os povos do campo, assim como qualquer outro, possuem múltiplas interpretações sobre os paradigmas sociais e modos de existir que, nem sempre, encontram as mesmas conclusões que outros saberes. O olhar de comunhão com a natureza é a principal característica interpretativa, pois quem vive em meio a terra busca sobreviver a partir dela, isto é, o camponês consegue unir os conhecimentos científicos com os conhecimentos populares, não como uma oposição, mas como um caminho harmonioso. A educação que chega ao campo precisa passear pelos conhecimentos que nascem lá e acompanham toda a vida de muitos que ali vivem.

A tradição e a ancestralidade também precisam ser levadas em consideração, pois é a herança dos povos originários que alimenta a tradição camponesa. Fala-se do respeito pelos saberes geracionais e que, para eles, representam um modelo de resolução de problemas e de percepção de mundo. Assim, o que é ancestral, é quase sempre respeitado e honrado, o respeito à tradição não pode ser argumento preconceituoso para os vencedores, a tradição e a modernidade conseguem, baseadas no respeito, novamente harmonizarem a vida dos povos do campo.

A questão central é respeitar as tradições e saberes vivos e guerrear pelo fortalecimento do que os modelos capitalistas tentam apagar. Assim, o educador precisa assumir a responsabilidade de valorizar e promover, de maneira generosa, em que Freire define da seguinte maneira:

a verdadeira generosidade está em lutar para que desapareçam as razões que alimentam o falso amor. A falsa caridade, da qual decorre a mão estendida do "demitido da vida", medroso e inseguro, esmagado e vencido. Mão estendida e trêmula dos esfarrapados do mundo, dos "condenados da terra". A grande generosidade está em lutar para que, cada vez mais, estas mãos, sejam de homens ou de povos, se estendam menos, em gestos de súplica. Súplica de humildes a poderosos. E se vão fazendo, cada vez mais, mãos humanas, que trabalhem e transformem o mundo (Freire, 1987, p. 45).

Assim, a esperança está em enxergar a educação a partir dos *vencidos* que, aqui, são os camponeses, bem como quebrar o ciclo de *vitórias* dos que colonizam e apagam os saberes populares. A esse respeito, Walter Benjamin diz que:

Do ponto de vista dos vencidos, apresenta-se um cenário de derrotas sucessivas; aliás, uma série interminável de derrotas. Parece espantoso, para alguns, que o progresso tão propalado da Modernidade, tão ciosa de si, ainda conviva com tamanha regressão (Benjamin, 1994, p. 229).

O progresso na educação precisa continuar, mas deve apoiar-se no respeito e na luta política pela verdadeira inclusão de todos os sujeitos que passarem pelos ambientes escolares, fazendo com que o sentimento de pertença contribua para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem.

Conclusão

A título de uma conclusão, apresentamos ao longo do texto, que estudar a filosofia a partir dos problemas do seu lugar e, assim, valorizar os saberes do povo camponês é um ato político e epistemológico. Assim, o objetivo é desligar a lógica que escolheu, historicamente, os autores e os conhecimentos que mereciam reconhecimento. Também indicamos que é possível considerar o ponto de partida

dos vencidos, como propõe Walter Benjamin, em que o processo educacional ganha um novo sentido, deixando de lado a abordagem de uma perspectiva única e assumindo a função de construir sentidos novos a partir de experiências reais dos sujeitos camponeses.

No decorrer desse estudo, indicamos que é necessário valorizar os saberes do povo do campo, representando a aceitação de que há fazer filosófico no conhecimento oral, na Unidade com a terra, no agir comunitário e na ancestralidade que, para tantos, representa um guia para o modo de ser e de agir. Nessa perspectiva, sinalizamos que disputar a linguagem, como defende Nêgo Bispo, é também disputar a dignidade de um povo.

Pontuamos efetivamente que se o ambiente escolar nega a abertura a esses saberes, ele fomenta o processo de apagamento, mas, quando os aceita e adequa-se a eles, desloca o foco no que é distante e passa a agregar as ações que possibilitam o pertencimento e a resistência.

Desse modo, pontuamos que a humanização citada por Paulo Freire, deve ser vivenciada na educação, isto é, além das escolhas de autores, autoras e conteúdos, é necessário que possibilite o reconhecimento de sujeitos. Nessa direção, o objetivo deve ser alcançado. Ou seja, o de possibilitar que estudantes entendam a realidade em que estão inseridos, questionem as estruturas e compreendam os processos que os marginalizaram, visando, assim, que consigam se afirmar como protagonistas históricos e sociais do seu espaço e tempo.

Por fim, conclui-se que estudar e ensinar a partir do lugar dos vencidos e dos demitidos da vida, não trava o pensamento, mas o amplia, pois quando o professor encara a realidade concreta dos estudantes, o ensino de filosofia se fortifica. Como desdobramento disso, a educação, quando se compromete com os conhecimentos populares, abandona o princípio de pura repetição e torna-se um caminho seguro rumo à libertação e acendimento coletivo.

Referências

- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v. 1).
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 37. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- PESSOA, Adalberto. Recanto das Letras. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/artigos-de-politica/2595409>. Acesso em: 21 jan. 2026.
- SANTOS, Antônio. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

Recebido em: 02/2026

Aprovado em: 05/2026